

# Interrogativas encaixadas vs. relativas sem antecedente: contribuições da *Gramática Discursivo-Funcional*

(Embedded questions vs. headless relatives:  
contributions from *Functional Discourse Grammar*)

Gisele Cássia de Sousa<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

gcsousa@ibilce.unesp.br

**Abstract:** This work deals with the distinction between embedded questions and headless relatives, that was already pointed out as problematic in several studies based on generative approach. The purpose is to examine to what extent functional aspects, as proposed by the theory of Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) to describe the two types of clauses can contribute to the explanation of the differences and similarities between them. Based on representative occurrences of spoken Brazilian Portuguese, we demonstrated that the approach of Functional Discourse Grammar provides important parameters for defining the nature of these two types of clauses, in both formal and functional (semantic-discursive) terms, contributing thus to the existing proposals for the distinction between these clauses.

**Keywords:** Embedded Questions; Headless Relatives; Functional Grammar.

**Resumo:** Este trabalho trata da distinção entre interrogativas encaixadas e orações relativas sem antecedente, já problematizada em vários estudos especialmente de base gerativista. O objetivo é analisar em que medida aspectos funcionais, propostos pela teoria da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) para a descrição dos dois tipos de oração, podem contribuir para a explicação das diferenças e semelhanças entre eles. Com base em ocorrências representativas da modalidade oral do português brasileiro, demonstra-se que a abordagem da Gramática Discursivo-Funcional fornece parâmetros relevantes para a delimitação da natureza desses dois tipos de oração, em termos tanto formais quanto funcionais (semântico-discursivos), somando-se, assim, às propostas já existentes para a distinção entre as orações.

**Palavras-chave:** Interrogativas Encaixadas; Relativas sem Antecedente; Gramática Funcional.

## Introdução

Este trabalho focaliza a similaridade estrutural existente entre orações interrogativas parciais indiretas, algumas vezes referidas simplesmente como “interrogativas encaixadas”, e orações relativas sem antecedente (*headless*), também denominadas “relativas livres” em algumas abordagens. Das semelhanças configuracionais entre essas orações decorre, conforme será demonstrado, certa imprecisão quando se trata de distingui-las para a definição de seu real estatuto sintático, tarefa de que já se ocuparam alguns estudos desenvolvidos especialmente no interior da abordagem gerativista (MÓIA, 1992; CAPONIGRO, 2002; MARCHESAN, 2008).

As semelhanças entre interrogativas parciais encaixadas (doravante, “IPE”) e relativas sem antecedente (“RSA”, daqui em diante), bem como as propostas existentes para que se reconheçam as diferenças entre os dois tipos de oração, constituem matéria da primeira seção deste trabalho. Em seguida, expõe-se o modo como a teoria da Gramática Discursivo-Funcional (doravante, “GDF”), desenvolvida em Hengeveld e Mackenzie (2008), propõe

analisar as orações em pauta. Nessa parte do texto encontra-se o que constitui o principal objetivo deste trabalho: demonstrar que o tratamento dispensado pela GDF à análise de IPE e de RSA pode contribuir não só para a delimitação da natureza sintática dessas orações, como também para o reconhecimento das diferenças existentes entre elas, em termos tanto formais quanto funcionais (semântico-discursivos).

As análises propostas pela teoria da GDF são exemplificadas a partir de ocorrências reais de interrogativas e relativas do português falado no interior paulista, extraídas do Banco de Dados IBORUNA (GONÇALVES, 2007).<sup>1</sup> Compõem a última seção do texto as considerações finais do trabalho.

### **Interrogativas encaixadas vs. relativas sem antecedente**

A respeito das similaridades formais existentes entre IPE e RSA do português, Mória (1992) observa que:

[...] em determinados contextos, estes dois tipos de orações [relativa sem antecedente e interrogativa indireta] podem ocorrer graficamente sob a mesma forma, o que pode originar dúvidas quanto ao tipo de estrutura que se nos depara. Nalguns desses casos, verifica-se mesmo que estamos perante frases ambíguas, em que uma dada seqüência pode ser interpretada como relativa sem antecedente expresso ou, alternativamente, como interrogativa indirecta. (p. 24)

Também Givón (1990), tratando de IPE (denominadas pelo autor “complementos-*wh*”), e RSA do inglês, reconhece a imprecisão que envolve a identificação de limites entre esses dois tipos de oração e afirma:

É bem provável que estruturas aparentemente equivalentes a questões-*wh* sejam na verdade orações relativas sem antecedente. [...] Uma evidência para essa análise diz respeito ao fato de que um correlato estrutural de questões-*wh* em inglês não aparece em complementos-*wh*: a inversão na ordem de palavras (VS). (p. 805)

O fato é que, apesar da existência de trabalhos em que a similaridade entre as orações é apontada, poucos são os que estendem as observações para além de indicações pontuais e se voltam especificamente à análise da distinção entre interrogativas e relativas. Entre esses poucos trabalhos podem-se citar, em relação ao português, os de Mória (1992) e o de Marchesan (2008), nos quais critérios sintáticos, tanto por eles elaborados a partir de estruturas do português, quanto por eles adotados de outros estudos, também de base gerativista, dedicados à análise de outras línguas, são aplicados a IPE e a RSA do português com a finalidade de delimitar as diferenças entre essas orações, definindo-se o estatuto sintático de cada uma delas. Alguns desses critérios constituem-se na verificação da possibilidade de: (i) substituição do pronome interrogativo pelo complementizador *se*; (ii) substituição da oração pela proforma *isso* e; (iii) extração e movimento de constituintes da oração.

Além desses, são propostos por esses estudos critérios que envolvem mais diretamente

---

<sup>1</sup> Trata-se de cópula constituído no interior do projeto “Amostra Linguística do Interior Paulista”, sediado na UNESP de São José do Rio Preto. A utilização do IBORUNA como cópula de análise constituiu ponto comum entre os trabalhos que integraram o Simpósio intitulado “Aspectos do português falado no interior paulista II: combinação de orações”, no âmbito do qual este trabalho foi apresentado, por ocasião do 58º Seminário do GEL.

aspectos relativos ao significado das estruturas. Dados os propósitos deste trabalho, esses são critérios especialmente interessantes porque, conforme se demonstrará adiante, eles podem ser equiparados e, por isso, somados às propostas da GDF a serem indicadas como contribuições para a análise da distinção entre IPE e RSA.

Um dos critérios que contemplam o valor semântico-discursivo das construções, e que está presente tanto em Mória (1992) quanto em Marchesan (2008), consiste na possibilidade de clivagem do elemento *QU-*, isto é, de inserção da sequência *é que* logo após o pronome que encabeça a oração encaixada. Conforme expõem esses autores, se a oração permite clivagem, seu estatuto é o de uma IPE; caso contrário, tem-se uma RSA. Os exemplos que demonstram a validade desse critério, em ambos os estudos, são de construções com oração iniciada pelo pronome *quem*, conforme se observa em (01a), grupo de sentenças dados em Mória (1992), e em (01b-d), exemplos de Marchesan (2008):

- (01) a. A Maria perguntou *quem é que* roubou o banco.  
\*Maria convidou para a festa *quem é que* João indicou.
- b. \*O professor elogiou *quem é que* fez o trabalho.  
c. O professor sabe *quem é que* fez o trabalho.  
d. O professor viu *quem é que* fez o trabalho.

Mais do que a possibilidade de clivagem, o contraste entre as construções em (01a) e (01b-d) evidencia uma clara diferença de configuração sintática entre as sentenças gramaticais e agramaticais. Note-se que, nos dois casos de sentença agramatical, o verbo matriz (*convidar* e *elogiar*) é do tipo que, em português, seleciona como argumento apenas “indivíduos”, SNs não-oracionais (cf. *Maria convidou o João para a festa; O professor elogiou o aluno*), o que naturalmente excluiria a ocorrência de uma interrogativa, com estatuto oracional, como argumento desses verbos. Diferentemente, os predicados encaixadores das sentenças gramaticais, segundo o teste da clivagem, são do tipo que admitem como argumento tanto orações quanto SNs (cf. *João sabe matemática; João viu o menino; João perguntou o motivo de toda aquela confusão*).

É possível deduzir daí que propriedades do verbo matriz influenciam a natureza do complemento, determinando, para o elemento *QU-*, o estatuto de um relativo, no caso de o verbo matriz subcategorizar apenas SNs não-oracionais, em construções que não passam pelo teste da clivagem, ou de um pronome interrogativo, nos casos em que o verbo matriz admite complementação tanto por SNs quanto por orações, e a clivagem é livre.

A forte influência exercida por propriedades semânticas dos verbos, especialmente aqueles encaixadores de oração, sobre a natureza, tanto sintática quanto semântica, de seus complementos é amplamente atestada (e.g.: NOONAN, 1985; KARTTUNEN, 1971; KIPARSKY; KIPARSKY, 1970) e é também um pressuposto assumido pela abordagem da GDF, conforme será detalhado adiante.

Outro teste de base semântica, proposto em Marchesan (2008) com base em Caponigro (2002), para a diferenciação entre RSA e IPE diz respeito à interpretação do elemento *QU-*. Conforme demonstram os autores, a partir das sentenças em (02), reproduzidas de Marchesan, quando integra uma RSA, o pronome tem uma leitura definida, de “maximização”, conforme revela a paráfrase da sentença em (02a); quando é parte de uma IPE, por outro lado, o pronome tem interpretação indefinida, “existencial”, como

denota a paráfrase em (02b’).

- (02) a. Eu vi [o que você comprou] na feira ontem.  
a’. Eu vi **a(s) coisa(s)** [que você comprou] na feira ontem.  
b. Eu quero saber [o que você comprou] na feira ontem.  
b’. Eu quero saber [**qual(is) coisa(s)**] você comprou] na feira ontem.

Conforme será demonstrado na próxima seção deste texto, esse segundo critério dialoga de modo interessante com uma caracterização de elementos interrogativos proposta pela GDF e, somado a ela, parece constituir contribuição significativa para a delimitação do estatuto de relativas e interrogativas, inclusive em termos funcionais. Antes do tratamento dispensado pela GDF aos pronomes interrogativos, no entanto, será demonstrado, na seção seguinte, o modo como as orações IPE são tratadas no interior dessa abordagem, no contexto da subordinação sentencial.

### Contribuições da GDF: o estatuto do complemento

Primeiramente, interessa à distinção entre interrogativas e relativas que aqui se problematiza o modo como, na teoria da GDF, as completivas são definidas em sua constituição interna. Considera-se, nesse modelo, que, nos diferentes contextos em que aparecem, as orações completivas (assim como todas as subordinadas) podem ser classificadas em termos das unidades semântico-funcionais distinguidas nos componentes interpessoal e representacional que integram a teoria. Nas palavras de Hengeveld e Mackenzie:

As construções subordinadas podem ser classificadas em termos das unidades, distinguidas nos níveis interpessoal e representacional, que subjazem a elas. No caso da complementação, a semântica do predicado matriz é que determina o tipo de unidade interpessoal ou representacional a ser selecionada como complemento. (2008, p. 362)

Desse modo, orações completivas de verbos *dicendi*, como *perguntar*, *dizer*, *contar*, como nas ocorrências de (03) abaixo, podem ser consideradas, de acordo com a proposta da GDF, equivalentes a um conteúdo comunicado, uma unidade do nível interpessoal, que é assim definida por Hengeveld e Mackenzie (2008):

O Conteúdo Comunicado contém a totalidade do que o falante deseja evocar em sua comunicação com o ouvinte. Em termos acionais, ele corresponde ao que Searle (1969) denomina “ato representacional” e corresponde às escolhas que o falante faz para evocar um quadro do mundo externo sobre o qual ele quer falar. (p. 87)

- (03) a. Doc.: *eu gostaria que você me explicasse como que eu FAço pra sai(r) na rodovia...* daqui da onde a gente tá (IBORUNA, AC-109)  
b. Doc.: *eu gostaria... que você escolhesse um Fato pelo qual você passô(u) na sua vida... e me caracterizasse esse fato... me dissesse como foi esse fa::to quando fo::i onde fo::i* etecétera (IBORUNA, AC-011)

Essa abordagem permite, portanto, que se reconheçam como interrogativas aquelas

orações que constituem um conteúdo comunicado e que são, por isso, argumentos de predicados que descrevem o procedimento comunicativo de *interrogar*. Em outras palavras, a abordagem leva a considerar como interrogativas apenas aquelas orações que, de fato, servem para que o falante indague o ouvinte sobre algo. Nas construções com oração encaixada, um reflexo formal dessa definição, como mostram os exemplos em (03), é a marca de primeira pessoa no primeiro verbo matriz (*eu gostaria que*), que constitui uma espécie de fórmula de polidez a qual, no cópua investigado, é construção bastante recorrente na fala dos documentadores quando esses se dirigem aos informantes para solicitar deles que discorram sobre determinado assunto. Observe-se ainda que, conforme exemplifica (03a), é também frequente nas interrogativas do cópua a ocorrência de clivagem (com ou sem a cópula “é”) do elemento interrogado, o que parece sugerir que, mais do que simples indicativo da natureza interrogativa, e não relativa, do pronome, a clivagem pode constituir importante estratégia associada ao uso dessas construções, de que o falante se vale, portanto, para atingir algum propósito comunicativo específico, possivelmente o de chamar a atenção do ouvinte para o real objeto de sua indagação.

Para a distinção entre IPE e RSA, entretanto, o ponto-chave da caracterização proposta pela GDF é a possibilidade que ela oferece de se analisarem como interrogativas apenas as estruturas que funcionalmente o são de fato, isto é, aquelas que o falante emprega para indagar o ouvinte e que, em termos semântico-formais, correspondem a um conteúdo comunicado e funcionam como complementos de predicados com significado interrogativo, marcados pela primeira pessoa gramatical. Seguindo essa proposta, construções com encaixamento de estrutura encabeçada por elemento interrogativo diferentes dessa configuração poderiam ser vistas todas como casos de RSA, bem na linha do que propõe Givón (1990), citado anteriormente.

Note-se que, favoravelmente a essa análise, e diferentemente do que ocorre nas construções com IPE (cf. (04)), em construções não interrogativas, o complemento não constitui uma oração; ele corresponde ao próprio pronome, como se torna claro a partir das paráfrases de (05) e (06) abaixo, com especificação do núcleo a que pronome se relacionaria, caso não se tratasse de RSA:

(04) Doc.: *eu gostaria que você me explicasse como que eu FAço pra sai(r) na rodovia...* daqui da onde a gente tá (IBORUNA, AC-109)

*Eu gostaria de saber/eu pergunto: **como que eu faço pra sair na rodovia?***

(05) Inf.: [olha]... tem muita gente assim que/ que *num sabe como a AIDS é transmitida...* tem me::do... você até/ é a pessoa até::... num gosta de conversá(r) com aidético pegá(r) na mão de aidético... (IBORUNA, AC-056)

*Tem muita gente que não sabe/desconhece **o modo como a Aids é transmitida.***

(06) Inf.: adoro ponto cruz eu acho assim muito fácil porque cê pega... o pano né?... aí cê::... põe a linha avesso e o duplo...

Doc.: [ahm:: certo]... aí cê desenha antes ou dá pra fazê(r) de [outra forma?]

Inf.: [não eu pego] da revista... e *vô(u) contan(d)o onde marca o meio onde que é...* aí paro... e faço ou às vezes eu invento também... (IBORUNA, AC-056)

*Eu vou contando **o lugar onde marca o meio, o lugar onde que é...***

A semelhança, mas não identidade, que orações RSA apresentam com orações IPE se deve, conforme se propõe aqui, a propriedades do pronome introdutor que, para além da identidade formal, se aproxima em outros aspectos de pronomes ocorrentes em construções interrogativas propriamente ditas.

### **Contribuições da GDF: o estatuto do elemento *QU-***

Uma das propriedades comuns a IPE e RSA é que ambos os tipos de oração são marcados por elementos que constituem **núcleo ausente**, nos termos da GDF.

Nessa teoria, os significados de *tempo*, *modo*, *razão*, entre outros circunstanciais, são reconhecidos, eles mesmos, como unidades do nível representacional, cujo núcleo pode ser uma expressão lexical, tal como o advérbio *ontem* em (07), exemplo traduzido de Hengeveld e Mackenzie (2008):

(07) Eu o encontrei **ontem**.

O núcleo dessas unidades pode também ser um núcleo “vazio”, representado por uma palavra como *one* do inglês, conforme ilustra (08), exemplo também extraído de Hengeveld e Mackenzie (2008).

(08) *Will this be a cold winter or a moderate one?*  
Esse será um inverno rigoroso ou moderado?

Outra possibilidade, conforme propõem Hengeveld e Mackenzie (2008), é que o núcleo da unidade semântico-funcional seja um **núcleo ausente**, caso em que, segundo os autores, ele será representado por proformas, dêiticos, ou por palavras interrogativas. Observe-se, a esse respeito, o exemplo em (09), traduzido de Hengeveld e Mackenzie:

(09) Eu gosto **quando as folhas caem das árvores**.

Conforme demonstram os autores, o que ocorre em construções como a de (09) é que o Tempo, representado por *quando*, mas cujo núcleo está ausente, é especificado pela oração que segue o elemento *QU-*, no caso de (09), pela oração *as folhas caem das árvores*. Em casos como esse, segundo os autores, tem-se uma estrutura de **oração relativa sem antecedente**.

Nesse ponto é que se encontra, portanto, uma semelhança importante entre IPE e RSA: ambas são introduzidas por proformas que representam uma unidade semântica (tempo, modo, razão, etc.) cujo núcleo é do tipo *ausente*. Em termos funcionais, entretanto, são diferentes as razões pelas quais se explica a ausência do núcleo da unidade semântica em cada um dos dois tipos de oração, e esse é mais um ponto da teoria da GDF que permite distinguir interrogativas de relativas.

O fato é que, quando introduz uma oração interrogativa, a ausência do núcleo de uma unidade semântica como o Modo nas sentenças de (03), por exemplo, rerepresentadas em (10), explica-se pela simples razão de que o núcleo é, no momento da comunicação, desconhecido pelo falante que, por isso mesmo, elabora seu questionamento ao ouvinte justamente a respeito da identidade desse núcleo. Obviamente, nesses casos, a natureza categorial da proforma é a de um pronome ou a de um advérbio **interrogativo**, não **relativo**.

- (10) a. Doc.: *eu gostaria que você me explicasse como que eu FAço pra sai(r) na rodovia...* daqui da onde a gente tá (IBORUNA, AC-109)
- b. Doc.: *eu gostaria... que você escolhesse um FAto pelo qual você passô(u) na sua vida... e me caracterizasse esse fato... me dissesse como foi esse fa::to quando fo::i onde fo::i* etecêtera (IBORUNA, AC-011)

Nos casos em que, diferentemente, a oração é uma RSA, como nas ocorrências de (05) e (06), reproduzidas em (11) e (12) abaixo, a ausência do núcleo deve-se a uma escolha do falante de não expressar o item lexical que constituiria o núcleo da unidade representada e que equivale, em geral, a uma palavra genérica, designativa do significado em questão, como *modo, maneira, forma, dia, razão*, etc.

- (11) Inf.: [olha]... tem muita gente assim que/ que *num sabe como a AIDS é transmitida* ... tem me::do... você até/ é a pessoa até::... num gosta de conversá(r) com aidético pegá(r) na mão de aidético... (IBORUNA, AC-056)

*Tem muita gente que não sabe/desconhece o modo como a Aids é transmitida.*

- (12) Inf.: adoro ponto cruz eu acho assim muito fácil porque cê pega ... o pano né?... aí cê::... põe a linha avesso e o duplo ...

Doc.: [ahm:: certo] ... aí cê desenha antes ou dá pra fazê(r) de [outra forma?]

Inf.: [não eu pego] da revista... e *vô(u) contan(d)o onde marca o meio onde que é...* aí paro... e faço ou às vezes eu invento também... (IBORUNA, AC-056)

*Eu vou contando o lugar onde marca o meio, o lugar onde que é...*

A ausência desse núcleo lexical, de que resulta a estrutura de uma RSA, abre a possibilidade de interpretação mais ou menos definida para o pronome relativo, uma propriedade que, conforme sugerido pelos testes propostos por Caponigro (2002) e Marchesan (2008), mostrados nas sentenças de (02), aproxima ou distancia pronomes relativos de pronomes interrogativos, mas, conforme se propõe aqui, não os torna interrogativos, nem a oração que eles encabeçam, uma interrogativa encaixada.

Com interpretação [+ definida], como nas construções de (11) e (12), o pronome relativo faz as vezes do núcleo lexical de sentido genérico que, possivelmente por economia, o falante opta por não expressar, mas que poderia ser expresso como mostram as paráfrases das construções. Nesses casos, o pronome não tem valor interrogativo, e a oração que ele encabeça é claramente uma relativa.

Nos casos em que o pronome tem leitura [- definida], ou “existencial”, como propõem Caponigro (2002) e Marchesan (2008), a expressão do núcleo lexical, diferentemente, não parece possível, como mostram as paráfrases das ocorrências mostradas de (13) a (15).

- (13) ...e quando a gente entra/ éh... isso que essa época que eu participei ainda... que... que íamos... éh::... (a)inda tava antes do Concílio Vaticano Segundo... então ainda ela preservô(u)... éh:: aqueles lugar que o padre subia pra fazê(r) a homiLia... aquela escada no meio... com aqueles... *eu num sei como que chama... aquilo...* éh e o padre subia e fazia ali ele saía de lá do altar e ia fazê(r) a... a homilia... a explicação né? (IBORUNA, AC-102)

*? Eu não sei o modo como que chama aquilo.*

- (14) .... então éh o que que a gente vê hoje em dia... as pessoas que ca::sam né?... que constitui família... éh:: aí vem os filhos... aí *num sei porque das quanta num se entendem*... né? num fazem... também esforço nenhum... pra se entendê(r)... e se separam... aí ficam os filhos... (AC-102)

? *Não sei a razão por que das quantas não se entendem.*

- (15) [Int.1: o mesmo naipe]... não não o mesmo naipe o::... [Int.1: é sim] hum... AS MESMA carta com naipe diferente... isso... [Doc.: ham] as mesma carta com o naipe diferente né?... *eu num me lembro como que é::* OUro esPAda sete/ éh ouro espada COPas... depois vem/ o OUTro eu num me lembro porque faz muito tempo que eu num jogo baralho né?... (AC-075)

c'. ? Eu não me lembro **(d)o modo como que é.**

É essa leitura [- definida] do pronome *que*, conforme se propõe, o aproxima de proformas interrogativas, que têm como propriedade básica a “indefinição”, isto é, a ausência de identificação do conteúdo da proforma que é justamente requerida pelo falante com a indagação que ele faz ao ouvinte.

Conforme exemplificam as ocorrências de (13) a (15), na variedade investigada, a ocorrência de RSA com pronomes que têm leitura [- definida] correlaciona-se de maneira sistemática a construções com predicados que favorecem a leitura indefinida, isto é, predicados negados, indicativos de desconhecimento (*não sei, não me recordo*, etc.). Outra propriedade que, na variedade investigada, parece correlacionar-se a esse tipo de relativa é a ocorrência de clivagem do pronome, também observada, como mostrado anteriormente, com alta frequência nas interrogativas encaixadas, o que sugere que, comunicativamente, a clivagem possa ser uma estratégia relacionada à indefinidade do pronome, não, propriamente, à sua atuação como elemento interrogativo.

## Considerações finais

Com este trabalho, buscou-se analisar em que medida o tratamento dispensado pela teoria da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) às orações interrogativas encaixadas e às relativas sem antecedente fornece parâmetros relevantes para a distinção, já problematizada em diferentes estudos, entre esses dois tipos de oração em português.

A partir de ocorrências representativas da variedade falada no interior paulista, extraídas do Banco de Dados IBORUNA (GONÇALVES, 2007), demonstrou-se que a proposta da Gramática Discursivo-Funcional de que elementos *QU*- possam ser compreendidos como proformas representativas de unidades semântico-funcionais cujo núcleo é do tipo ausente é esclarecedora das semelhanças existentes entre os dois tipos de oração, em termos tanto formais quanto semântico-discursivos.

Funcionalmente, entretanto, as construções não se confundem, conforme permitem concluir as propostas de descrição, no âmbito da Gramática Discursivo-Funcional, acerca da natureza das orações combinadas em um e em outro caso. Uma interrogativa encaixada, de acordo com essa abordagem, constitui um Conteúdo Comunicado, que funciona como complemento de um predicado matriz de valor interrogativo, comumente, no corpus investigado, expressões formulaicas tais como *eu quero saber, eu gostaria que você dissesse/explicasse/contasse*, etc. A ausência do núcleo da unidade semântica, nesses casos, explica-se pelo simples fato de ser a identidade desse núcleo o objeto da indagação do

falante. Por essa mesma razão, o pronome interrogativo que introduz a oração tem sempre leitura “existencial”, [- definida], uma propriedade proposta por Caponigro (2002) e por Marchesan (2008) como critério distintivo entre interrogativas encaixadas e relativas sem antecedente.

Orações relativas sem antecedente, por outro lado, conforme demonstrado aqui, embora compartilhem com interrogativas encaixadas a propriedade de serem marcadas por pronomes representativos de unidades de núcleo ausente, diferenciam-se delas fundamentalmente por constituírem recurso linguístico distinto, o que se traduz na razão pela qual se justifica a ausência do núcleo nesse caso. Diferentemente das interrogativas, o núcleo da unidade que o pronome representa não é expresso, não porque o falante o desconheça, mas por se tratar de entidade genérica, inespecífica, e, por isso, suficientemente representada por uma das formas de pronome *QU-* em português (“como”, para a entidade Modo; “onde”, para a entidade Lugar; “quando”, para a entidade Tempo, etc.). Em termos semânticos, conforme proposto pela teoria da Gramática Discursivo-Funcional, a entidade representada pelo pronome é que constituiria complemento da oração matriz da relativa.

Dado que, nas construções com relativa sem antecedente, o propósito do falante não é, como é nas interrogativas, o de solicitar do interlocutor a identidade do conteúdo da proforma pronominal, o pronome introdutor da oração tem, em geral, leitura [+ definida, como propõem Caponigro (2002) e Marchesan (2008). Conforme demonstrado aqui, entretanto, há casos em que, mesmo integrando uma construção cuja função não é propriamente a de indagar o interlocutor, o pronome tem leitura [- definida]. São, especificamente, casos em que o falante declara desconhecimento ou falta de lembrança da identidade exata do conteúdo representado pelo pronome (por isso mesmo indicado em termos genéricos). Dada a natureza dessas construções, é possível que elas funcionem também como uma solicitação do falante, ainda que menos direta do que a veiculada pelas interrogativas, para que o interlocutor o auxilie, se possível na identificação da entidade que ele declara desconhecer, o que explicaria a leitura [- definida] do pronome, aproximando essas orações das interrogativas propriamente ditas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPONIGRO, I. Free relatives as DPs with a silent D and a CP complement. In: SAMMIAN, V. (Ed.). *Proceedings of the Western Conference on Linguistics 2000 (WECOL 2000)*. Fresno, CA: California State University, 2002. p. 140-150. Disponível em: <[http://ling.ucsd.edu/~ivano/Papers/WECOL00\\_Paper.pdf](http://ling.ucsd.edu/~ivano/Papers/WECOL00_Paper.pdf)>. Acesso em: jan. 2010.
- GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction* (vol. II). Amsterdam: J. Benjamins, 1990.
- GONÇALVES, S. C. L. G. *Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista*. São José do Rio Preto: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://www.alip.ibilce.unesp.br/iboruna>>. Acesso em: jan. 2008.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. New York: Oxford University Press, 2008.
- KARTTUNEN, L. Implicatives verbs. *Language*, v. 47, n. 2, p. 340-58, jun., 1971.

KIPARSKY, P.; KIPARSKY, C. Fact. In: STEINBERG, D. D.; JAKOBOWITS, L. A. *An Interdisciplinary Reader in Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. p. 345-369.

MARCHESAN, A. C. *As relativas livres em português brasileiro e os requerimentos de compatibilidade*. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MÓIA, T. L. *A Sintaxe das Orações Relativas sem Antecedente Expresso do Português*. 1992. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

NOONAN, M. Complementation. In: SHOPEN, T. (Ed.). *Language typology and syntactic description*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 42-139.